

O Porquê da Cruz (II)

Summary

In this second part of the article the author, continuing the reflection about the question: “Why the Cross?”, first examines a second “why” of the Cross; it is the “why” of a Cross which has a lot to do with sin, precisely because it is the consequence of sin of the free creature: suffering as a consequence of sin. Sin placed the creature in an irremediable situation, from the creature’s standpoint. The Cross of our Lord Jesus Christ is, then, the response of God’s merciful love to the sinner. The true and ultimate “why” of the Cross of Jesus is — once again, as it was in the first Cross, that of trial, — divine love which now can manifest, in an insuperable way, one of his characteristics that makes this manifestation of love the greatest possible: mercy.

The author reaches this conclusion in recognition of the abysmal greatness of sin. This recognition includes a thesis — defended on the basis of an observation of St. Thomas of Aquinas — that sin cannot be forgiven by God if the divine offense is not properly expiated. It follows, then, that only a divine Person made man can atone for sin and in this way save the sinner from suffering eternal punishment. Pondering well the mystery of the Holy Trinity and the reparation for sin, this divine Person has to be the Son. The mystery of the Cross is for that reason, a mystery of the atonement for sin by the free-suffering love (free because of the suffering) of the Son of God made man. Moreover and particularly, it is a mystery of His love — the most perfect possible (with regard to intensity and liberty) — and of His consequent maximum glorification. It is also the mystery of the supreme manifestation of God’s love for His creatures. Consequently, the fact that Jesus is truly an “expiatory victim” for our sins — the fact that the Father willed it that way — is in perfect harmony with the fact that God is Love. Moreover the Cross of Jesus projects a new light on the mystery of suffering. With His suffering love Jesus transforms the very human suffering, giving it a new meaning; He “redeems” the suffering.

* * *

Na primeira parte deste artigo sobre o porquê da Cruz, a nossa reflexão teológica levou-nos a descobrir o porquê de uma Cruz que não tem nada a ver com o pecado: é puramente expressão e efeito do amor de Deus para com a pessoa criada chamada a ser filha no FILHO. É o porquê da *Cruz da provação* pela qual a pessoa criada pode dar a Deus a resposta *livre* de amor, do amor *divino*, participando do próprio amor divino com que o Filho, no Espírito Santo, ama eternamente o Pai, em resposta ao amor recebido do Pai.

Continuando a nossa reflexão, veremos primeiro um segundo porquê da Cruz que, desta vez, tem muito a ver com o pecado, pois é exatamente *consequência do pecado* da criatura livre. A Cruz de nosso Senhor Jesus Cristo, por sua vez, será exatamente a resposta do amor misericordioso de Deus ao homem pecador. O verdadeiro, último porquê da Cruz de Jesus é – de novo, como já foi na primeira Cruz, naquela da provação – o *amor divino* que agora pode manifestar, de um modo insuperável, um traço seu que faz desta manifestação de amor a maior possível: a *misericórdia*.

III. O segundo porquê da Cruz: o sofrimento como consequência do pecado da criatura livre

1. A tragédia da criatura livre: uma situação irremediável por parte da criatura

As seguintes palavras do *Catecismo da Igreja Católica* podem servir de introdução à reflexão sobre o mistério da Cruz de nosso Senhor Jesus Cristo, o qual pressupõe a tragédia da criatura livre: “Na Sua sabedoria e bondade infinitas, Deus quis livremente criar um mundo ‘em estado de caminhada’ para a sua perfeição última. ... Os anjos e os homens, criaturas inteligentes e livres, devem caminhar para o seu destino último por opção livre e amor preferencial. Podem, no entanto, desviar-se. E, de fato, pecaram” (*Cat.*, 310-311).

A liberdade das criaturas inteligentes, anjo e homem, é um dom de Deus.¹ Ela é boa. Por isso, ela é “no homem uma força de *crescimento* e *amadurecimento* na verdade e na bondade” (*Cat.*, 1731). Mas, ela é finita e falí-

¹ “Deus ... conferiu [ao homem] a dignidade de uma pessoa agraciada com a iniciativa e domínio de seus atos” (*Cat.*, 1730).

vel. “Enquanto não se tiver fixado definitivamente em seu bem último que é Deus, a liberdade comporta a possibilidade de *escolher entre o bem e o mal*, portanto de crescer em perfeição ou de definhar e pecar” (*Cat.*, 1732).

De fato, o homem e muitos anjos pecaram, abusaram da sua liberdade; em vez de dar a resposta livre de *amor* a Deus acima de tudo, deram a resposta livre da *negação* do amor a Deus: preferiram-se a si mesmos a Deus, não se conformaram ao mistério do Deus Amor: aquele mistério do amor mútuo e comum do Pai e do Filho (do qual procede o Espírito Santo), que expusemos na primeira parte do artigo.

Ora, pelo pecado entrou no mundo uma “cruz” fabricada pelo próprio *homem*, quer dizer, um sofrimento que Deus não quis, que não provém da iniciativa de Deus, mas é *consequência do pecado*. Já não é somente aquele sofrimento próprio da criatura inteligente *em estado de caminhada*, e que é necessário para o homem poder decidir-se livremente diante de Deus. Pelo pecado começa o sofrimento que é caminho para a morte (doença) e a própria *morte* (cf. Gn 2,17; 3,3). O sofrimento assume uma modalidade que o faz ser *castigo* do pecado, “salário do pecado”, como se exprime São Paulo, referindo-se à morte (Rm 6,23).

Pelo pecado o homem causou a desordem em relação a *Deus*, causou o mal da *desonra* de Deus; causou igualmente a desordem no *seu próprio ser* e em relação às *outras criaturas*. Vale aqui o que disse Jesus: “Aquele que não tem, ainda o que tem lhe será tirado”² (Mt 25,29). Ao homem que peca é *tirado* ainda aquilo que já tinha.³ Pelo pecado ele não somente *não alcança* o bem para o qual foi criado, mas, além disso, *perde* até os bens que já eram de sua posse: a participação da natureza divina (a graça santificante) e do amor divino (o amor sobrenatural; Rm 5,5) e, em geral, o que se chama de “justiça original”;⁴ era um estado de certa felicidade, sem dúvida, mas que não deixava de ser uma situação de provação.

Depois do pecado, o homem encontra-se numa situação que, da parte sua, é *irremediável*.⁵ Ele perdeu o *dom divino* do amor e, por conseguinte,

² “Aquele que não tem” quer dizer: aquele que não fez aquilo que seriam os passos necessários para obter o bem da vida eterna, da felicidade em Deus.

³ Em contraposição ao que ele *não* tinha ainda, mas devia obter por decisão livre (decisões livres): o bem da felicidade eterna em Deus.

⁴ Cf. *Cat.*, 376.

⁵ O homem, neste caso, é como alguém que sabe decompor as peças de uma máquina, mas não sabe recompô-las; sabe estragar, mas é incapaz de consertar.

da “justiça original”. Por isso não pode mais amar a Deus com aquele amor de amizade, de filho, de aliança. De fato, não pode, não *consegue* mais, pois amar assim ultrapassa totalmente as suas capacidades naturais de amar, ainda que faça os maiores esforços possíveis.

Sendo assim, o homem pecador também não pode reparar a honra de Deus a quem desonrou pelo pecado. Pois, como pode o homem honrar a Deus, se ele perdeu aquilo que o capacita de Lhe dar esta honra, isto é, se perdeu o amor sobrenatural a Deus? Só poderia de novo amar a Deus, se Deus de novo lhe desse tal dom gratuito do amor, quer dizer, se Deus lhe perdoasse o pecado sem exigir uma reparação da Sua desonra. Pois em que consiste o perdão divino senão em Deus fazer o homem de novo, livremente, amá-l’O? O perdão de Deus significa que Ele dá de novo esse dom do amor divino no coração humano.

Portanto, a criatura pecadora mesma nunca conseguirá sair da sua situação lamentável, em que se encontra por culpa própria (a “cruz” fabricada por ela mesma), a não ser que Deus lhe venha em socorro, perdoadando-lhe o pecado. Mas – e esta é uma pergunta importante e até decisiva e pode, justamente, manifestar toda a grandeza da tragédia da criatura pecadora – pode Deus perdoar ao homem sem pressupostos, sem condição prévia, sem exigir a reparação da ofensa?

2. A grandeza abismal do pecado: Pode Deus perdoar o pecado sem exigir a reparação da ofensa?

Deus pode perdoar *sem exigir uma reparação* do pecado, sem que a desonra divina, a ofensa feita a Deus, seja reparada?

O que fez Deus, o Deus que é Amor? Pois, se Ele o fez, então pode, é claro. Mas, o fato é que Ele *não* o fez. Por quê? Porque não quis ser misericordioso demais? Porque não pôde mesmo? Porque tinha outras razões?

Sem dúvida alguma, Jesus, e justamente Jesus *crucificado*, é a *manifestação suprema da misericórdia divina*.⁶ Porém, se o Pai quis a paixão e morte reparadora de Jesus, fica bem claro: Ele *não quis perdoar sem reparação da ofensa divina*.

Ora, não seria misericórdia muito maior se o Pai perdoasse aos homens sem exigir a reparação da ofensa feita a Ele (e ao Filho e Espírito Santo)?

⁶ Cf. a encíclica *Dives in misericórdia*, do Papa João Paulo II.

Uma primeira resposta pode ser esta constatação: o Pai fica sendo misericordiosíssimo para conosco, pois quem, afinal, fez a reparação da ofensa divina não fomos nós, mas foi Ele, ou exatamente, foi Seu Filho feito homem. O Pai nos fez o imenso dom do Seu próprio Filho, como vítima expiatória dos nossos pecados (cf. 1 Jo 4,10).

Mas, exatamente neste ponto surge aquela grave objeção: um pai sacrificar seu próprio filho, um pai querer que seu filho sofra tanto, mas tanto, e tão cruelmente ..., este pai não é cruel? Este pai sente satisfação pelos terríveis sofrimentos do seu filho? Pergunto mais: este pai não é cruel se ele *poderia* perdoar aos que o ofenderam, *sem exigir necessariamente a reparação* da ofensa, e uma reparação por meio de *horríveis sofrimentos* do seu próprio Filho?!⁷

Voltamos, portanto, à primeira pergunta: Deus *pode* perdoar sem exigir uma reparação do pecado, sem que a desonra divina seja reparada? Pode ou não?

Quando se dá uma olhada em manuais de teologia dogmática encontra-se como resposta: Deus *pode*.⁸ É a opinião de São Tomás de Aquino,⁹ enquanto Santo Anselmo¹⁰ tinha argumentado em favor da impossibilidade. A favor da possibilidade do simples perdão costuma-se indicar, seguindo a argumentação de São Tomás, esta razão: Deus é juiz *supremo* e, além disso, a ofensa é feita a *Ele mesmo*. Ora, assim como todo homem que perdoa a ofensa feita a ele, sem exigir uma satisfação, age com misericórdia e não contra a justiça, assim também Deus, em relação aos nossos pecados.¹¹

⁷ Já no século II, o filósofo Celso atacava, com violenta ironia, os “adoradores da cruz” com este argumento: “Aquele que mandou seu próprio filho levar uma mensagem, permitiu que o filho fosse tão duramente transpassado...? Que pai é tão perverso?” (cf. ORÍGENES, *Contra Celsum*, 8,41; cf. também 1,54).

⁸ Cf., p. ex., L. OTT, *Manual de Teología Dogmática*, Barcelona 1986, 284s; J.H. NICOLAS, *Sintesi dogmatica. Dalla Trinità alla Trinità I*, Roma-Vaticano 1991, 641. Outros, como A. ZIEGENAUS, *Jesus Christus. Die Fülle des Heils. Christologie und Erlösungslehre* (L. SCHEFFCZYK – A. ZIEGENAUS, *Katholische Dogmatik. Band IV*), Aachen 2000, 309-310, simplesmente referem a opinião de Anselmo e Tomás de Aquino, sem entrar na discussão da questão.

⁹ Cf. *Summa Theologiae* (= *S.Th.*) III q.46, a.2, ad 3; II-II q.67, a.4, ad 2.

¹⁰ Na sua famosa obra *Cur Deus homo* (Por que Deus se fez homem?), I, cap. 12s e 19.

¹¹ Nicolas (cf. nota n. 8) reconhece que “o pecado, *de per se*, exige uma reparação infinita”, mas isto “não diminui por nada a liberdade divina de perdoar. Deus não é

Contudo, é possível contestar esta resposta e argumentar em favor da resposta negativa: se Deus não perdoou os pecados sem reparação ou “satisfação” pela ofensa, foi porque *não pôde* perdoar sem isso. É esta a opinião que nos parece mais fundamentada. Vamos agora examinar as razões.

Iniciamos com uma pergunta: se perdoar a ofensa sem exigir satisfação é agir misericordiosamente,¹² não perdoar pecado algum sem receber uma satisfação não seria *falta* de misericórdia? *Poder* perdoar todos os pecados sem exigir satisfação e não perdoar nenhum pecado sem isso, é suprema misericórdia? Com a onipotência divina é diferente. A grandeza infinita da onipotência está no *poder*, não no querer. Deus *pode* tudo, mas, para ser todo-poderoso, não precisa *querer* tudo que Ele pode. A grandeza infinita da misericórdia divina, ao invés, está no *querer*, não no poder. Deus *poder* perdoar tudo sem exigência de satisfação, mas não *querer* perdoar nada sem reparação da ofensa, isto revela misericórdia (infinita)? Quando, pelo contrário, Deus não perdoa nada sem satisfação porque não *pode* perdoar sem isso,¹³ então há uma *manifestação esplêndida da misericórdia infinita* de Deus quando Ele *nos dá o Seu próprio Filho como vítima reparadora* dos nossos pecados.

Poder-se-ia objetar contra esta argumentação: Deus *honrou* o homem, ao não perdoar o pecado sem reparação oferecida por parte do homem, capacitando-o Ele mesmo a realizar essa reparação através do Seu Filho feito homem. Assim, o *dom* (envio) do Filho como *vítima expiatória* pelos nossos pecados manifesta não somente o imenso amor misericordioso de Deus para conosco, mas também a dignidade de *filho* ou de “*partner*” da aliança, com que Deus trata o homem (Deus leva o homem a sério querendo que este contribua para o restabelecimento da aliança rompida por ele). Sem dúvida, este é um aspecto verdadeiro. Por isso precisamos exa-

prisioneiro da ordem por ele estabelecida: esta ordem, pelo contrário, depende da sua livre vontade. Ele pode, portanto, perdoar livremente: não precisa prestar contas a ninguém. É verdade que não pode tolerar a desordem, mas seu perdão não é uma simples *condonatio* ou anistia. O amor de Deus é realizador e, perdoando, torna justa a vontade do pecador. Por conseguinte, restabelece a ordem violada pelo pecado” (p. 641).

¹² Cf. S. Tomás, *S.Th.* III q.46, a.2, ad 3.

¹³ Parece conveniente esclarecer já logo que esta afirmação não contradiz a soberana liberdade de Deus com relação às Suas criaturas, se perdoar sem reparação seria contradizer (negar) a Si mesmo.

minar mais de perto a argumentação dos que dizem que Deus pode perdoar o pecado sem reparação deste por parte do homem.

Note-se que nesta questão valem os argumentos aduzidos, pois a S. Escritura não responde à nossa questão; ela apenas diz que Deus não perdoou sem o sacrifício expiatório de Cristo – e que nisto se manifestou o Seu amor para conosco, – mas não esclarece as razões por que Ele fez assim e não de outro modo. Também não existe uma decisão do Magistério da Igreja a este respeito.

A argumentação em favor da possibilidade do simples perdão, segundo São Tomás, é esta: Deus, por ser *senhor soberano, juiz e legislador supremo*, pode perdoar a ofensa feita a Ele, sem exigir a reparação dela, sem dar um castigo. É o que pode fazer todo juiz e legislador supremo. Apenas existe uma única *exceção*, que o próprio São Tomás¹⁴ menciona: o juiz não pode perdoar a ofensa feita a ele se isso puser em perigo o *fim supremo* do Estado.

Ora, esta exceção não é exatamente o nosso caso? Não se trata de algum estado terreno, está claro, mas da criação toda, do conjunto de todas as criaturas. E isto é de importância capital. O que é o fim supremo de um estado terreno? O bem dos cidadãos, não o bem, a honra do chefe do estado. O chefe existe para o bem dos cidadãos e não vice-versa. E o fim supremo da criação? O que é? O bem das criaturas? Sim, enquanto as criaturas, sendo pessoas, não podem ser apenas meios para alcançar um fim. Mas, o fim supremo ou primário da criação é a glória de Deus. Deus é o Senhor soberano desse Estado que é o conjunto das criaturas. Este é o único caso de um Estado em que vale: os cidadãos são para o chefe, e não: o chefe é para os cidadãos. Esta é uma verdade fundamental, segundo o Catecismo da Igreja Católica (n. 293): “Eis uma verdade fundamental que a Escritura e a Tradição não cessam de ensinar e de celebrar: ‘O mundo foi criado para a glória de Deus’.” Se, portanto, este fim supremo da criação for prejudicado ou impedido pelo perdão divino sem a realização de uma satisfação pelo pecado, Deus não poderá perdoar desta maneira.

Aqui, porém, torna-se necessária uma explicação, que consiste numa distinção sem a qual o nosso argumento não ficaria suficientemente claro e se tornaria contestável. Falando do fim (finalidade) da criação, distin-

¹⁴Cf. *S.Th.* II-II q.67, a.4: “... poterit reum licite absolvere, si hoc publicae utilitati viderit non esse nocivum.”

gue-se, com razão, entre o fim *objetivo* e o fim *subjetivo*. O fim objetivo é o fim da *obra* como tal (em latim: *finis operis*); o fim subjetivo é o fim de *quem realiza* a obra (em latim: *finis operantis*). Um exemplo: o fim do pedreiro ao construir uma casa pode ser o de ganhar dinheiro para o sustento da sua família. Mas o fim da casa, o fim da obra como tal, é que uma família tenha uma habitação. Neste caso, o fim da obra como tal e o fim de quem realiza a obra não se identificam. Aliás, quanto mais a obra está abaixo daquele que a realiza, tanto mais os dois fins podem não se identificar.

Assim, o fim da criação como tal (*finis operis*; o fim *objetivo*) é a *glória de Deus* pela manifestação, nas criaturas, da bondade, da beleza, das perfeições divinas. O fim de Deus Criador, porém, não é a Sua glorificação pelas criaturas, mas somente a *comunicação da Sua bondade*. O fim subjetivo de Deus é somente a comunicação da Sua bondade, é comunicar-Se, dar-Se a nós; o amor divino é fim a si mesmo. Deus não visa, de modo algum, Sua própria utilidade¹⁵ ao manifestar Sua perfeição nas criaturas, comunicando a Sua bondade; e “a glória de Deus consiste em que se realize esta manifestação e esta comunicação de sua bondade em vista das quais o mundo foi criado” (*Cat.*, 294). Ora, quanto *menos* Sua própria glorificação (o aumento da Sua glória) é o fim subjetivo de Deus criador (*finis operantis*), tanto *mais* a glória de Deus é o fim objetivo da criação (*finis operis*). Por isto – uma vez que Deus não visa utilidade alguma para Si mesmo – o fim objetivo da criação é, absoluta e totalmente, a glória de Deus.

Isto tem suas consequências para a nossa questão se Deus pode perdoar o pecado sem exigir uma reparação do pecado. Pois, também quando falamos de “reparação” do pecado, podemos e devemos distinguir uma reparação do pecado em relação a *Deus* e em relação ao *homem pecador*. Quando Deus perdoa o pecado, quer dizer, quando faz o homem, de novo, amar livremente a Deus acima de tudo, é restabelecida a relação pessoal de amizade entre o homem e Deus, é reparada, assim, a desordem, o dano que, pelo pecado, houve *no pecador* (ele é “justificado”). Como também é atingido o fim de Deus criador e salvador: a comunicação da Sua bondade.

¹⁵ Cf. Conc. Vaticano I: “Este único e verdadeiro Deus ... não para aumentar sua felicidade nem para adquirir sua perfeição [não para a sua própria utilidade], mas para manifestar essa perfeição por meio dos bens que prodigaliza às criaturas [para a sua glória que consiste nesta manifestação da sua perfeição], ... criou ...” (DS 3002).

de, a Sua auto-comunicação ao homem, e, além disso, ou melhor, juntamente com isso, há a manifestação da bondade divina no pecador transformado em justo, em santo, e, por conseguinte, *Deus é glorificado* por Sua criatura.

Porém, é reparada a *ofensa feita a Deus* pelo pecado? O pecado ofende a Deus. Em vez de manifestar as perfeições divinas (Deus como suma bondade, o bem absoluto, como fim último da criatura), o homem pecador *nega praticamente* a Deus como Deus, abole a Deus, não do universo real, mas do universo pessoal. O pecador nega-se a reconhecer, na prática, a dignidade própria de Deus, nega a Sua bondade infinita, trata a Deus como se tivesse menos valor do que aquele bem limitado (p. ex., a própria boa fama ou um prazer passageiro) que ele, ao pecar, prefere ao próprio Deus. Ele rebaixa a Deus não somente ao nível das criaturas, mas abaixo delas, pois prefere um bem criado ao próprio Deus. O pecador comete um mal *contra Deus mesmo*: ele desonra a Deus; a *desonra* é um *mal para Deus*. Esta desonra não danifica efetivamente a Deus na Sua perfeição absoluta, mas também não deixa de ser uma *realidade objetiva*: Deus é realmente desonrado, ofendido.

Ora, esta ofensa tem uma dimensão *infinita*. Pois a grandeza da ofensa se mede pela grandeza da pessoa ofendida. A pessoa ofendida é divina, portanto infinita. A glória que é dada a Deus da parte de uma pessoa criada é sempre *finita*. Portanto, a glorificação de Deus da parte do homem pecador perdoado por Deus (o homem que de novo ama a Deus, vive uma vida santa) é *finita*, ainda que se trate de milhões e bilhões de homens. Certamente, se Deus simplesmente perdoa o pecado, Ele é glorificado, mas a ofensa infinita, a *desonra* de dimensão infinita *não é reparada*. Por conseguinte, comparando a desonra divina causada pelo pecado (grave) com a glória dada a Deus pelo pecador perdoado, fica um “*mais*” *infinito* do lado da *desonra*. Isto significaria que da parte da criação é dada a Deus infinitamente mais desonra que honra. Portanto, se Deus perdoa o pecado sem exigir a reparação da ofensa feita a Ele pelo pecado, o *fim supremo* da criação não somente é posto em perigo, mas é *invertido ao contrário*. O resultado final da ação criadora e salvadora, da comunicação da bondade divina, seria, afinal, a desonra e não a glória de Deus.

Então, Deus *pode* simplesmente perdoar o pecado sem a reparação da ofensa infinita? Como acabamos de ver, esta pergunta se identifica com esta outra: Deus pode criar uma criatura (e todo um conjunto de criaturas) cujo fim último ou supremo não seja a glória de Deus? A resposta é clara e certa: *não pode*. Isto não contradiz a Sua soberana liberdade com

relação às criaturas, como não lhe contradiz o fato de Deus não poder pecar, isto é, de não poder negar-Se a Si mesmo. Assim também, Deus não pode criar uma criatura (e fazê-la entrar em comunhão consigo mesmo) que não seja para Sua glória; pois isto equivaleria a uma negação de Si mesmo. Como já explicamos, isto não contradiz o fato de que Deus não tem outra razão para criar a não ser Seu amor e Sua bondade. Pois o fato de Deus não procurar nenhum proveito para si mesmo, mas todo proveito ser da parte da criatura, não contradiz nem diminui, mas sustenta e confirma a afirmação de que o fim último de toda a criação e de cada criatura em particular é a glória de Deus. Deus ama a criatura e Se doa pessoalmente a ela com o mesmíssimo amor com que ama a Si mesmo. Neste amor não pode haver contradição: Ele não pode deixar de amar-Se a Si mesmo – o que equivale a negar-Se a Si mesmo – por amar a Sua criatura.

Se é assim, e se, portanto, Deus não pode perdoar o pecado sem reparação da desonra divina, chegamos a reconhecer, de modo profundo, a grandeza abismal do pecado.

Há ainda uma outra verdade que pode confirmar a nossa tese. Segundo o testemunho da S. Escritura e a fé da Igreja, Cristo reparou, com superabundância, a desonra divina causada pelo pecado da criatura livre. Por Cristo, portanto, o resultado final do ato criador e salvador de Deus é uma glorificação de dimensão infinita: o fim supremo da criação é plenamente atingido. Sendo assim, Deus perdoa a alguns homens o pecado sem reparação da ofensa divina causada pelo pecado?, isto é: Deus perdoa a alguém o pecado sem que este se aproprie a obra reparadora de Cristo? sem que seja associado, de algum modo, ao mistério pascal de Cristo?¹⁶ Não. Pois, do contrário, como se explicaria a necessidade, para a salvação, da fé em Cristo e do batismo, inculcada por Cristo mesmo?¹⁷ Como se explicaria que “toda salvação vem de Cristo-Cabeça por meio da Igreja, que é seu Corpo” (*Cat.*, 846)? Como se explicaria a necessidade de a Igreja, para afirmar a possibilidade de salvação dos não-cristãos, precisar “sustentar que o Espírito Santo oferece a todos, sob forma que só Deus conhece, a possibilidade de se associarem ao Mistério Pascal”?¹⁸ Particularmente faz pensar o fato de a Igreja não se sentir capaz de afirmar claramente e

¹⁶ Cf. CONC. VATICANO II, *GS* 22.

¹⁷ Cf. Mc 16,16; Jo 3,5; veja também CONC. VATICANO II, *LG* 14; *AG* 7.

¹⁸ Cf. *GS* 22, citado em *Cat.*, 1260.

com certeza que as crianças mortas sem Batismo gozam da visão bem-aventurada de Deus.¹⁹ Por que não é capaz disso, se Deus é tão misericordioso? Por que “a Igreja só pode confiá-las à misericórdia de Deus” e “esperar que haja um caminho de salvação” (*Cat.*, 1261) para elas? Certamente, porque ninguém recebe o perdão do pecado a não ser quem se associa ao Mistério Pascal de Cristo, ao Seu sacrifício expiatório da Cruz, e a Igreja não tem conhecimento certo de outro meio de se realizar isso para essas crianças, a não ser o Batismo.

Por conseguinte, está claro que *Deus não perdoa nenhum pecado*, nem o pecado original das crianças, *a não ser através do sacrifício expiatório de Cristo* na Cruz. Por que isso? Simplesmente por uma determinação de Deus? para a glória de Cristo? Não poderia ser diferente e, assim, melhor, já que tantos homens não “se beneficiam consciente e plenamente de Sua obra salutar, realizada em Cristo”²⁰? Por que dificultar a salvação para tantos homens, já que Deus deseja tanto salvá-los todos? Ora, se é porque Deus não *pode* perdoar o pecado sem reparação por ele oferecida a Deus – sem a satisfação realizada por Cristo, – projeta-se nova luz sobre toda essa questão e ela recebe uma resposta esclarecedora.

IV. O verdadeiro, profundo *porquê* da Cruz de Jesus Cristo: o amor misericordioso de Deus para com o homem pecador

1. Possibilidades de reparação do pecado, ou seja, da *ofensa divina*

Chegamos a afirmar que o pecado, nenhum pecado, pode ficar sem reparação da ofensa divina que ele implica. Ora, *como* pode ser reparada a ofensa divina?

A resposta quanto às possibilidades pode ser concisa, já que vai ser explicada posteriormente. Uma vez que a reparação tem que ter alguma dimensão *infinita*, só há duas possibilidades:

¹⁹ Cf. *Cat.*, 1261: “Quanto às *crianças mortas sem Batismo*, a Igreja só pode confiá-las à misericórdia de Deus,... Com efeito, a grande misericórdia de Deus,... e a ternura de Jesus para com as crianças,... nos permitem esperar que haja um caminho de salvação para as crianças mortas sem Batismo. Eis por que é tão premente o apelo da Igreja de não impedir as crianças de virem a Cristo pelo dom do santo Batismo.”

²⁰ Cf. AG 7.

- ou uma *pena* de alguma maneira infinita, isto é, uma pena *eterna* (é o inferno);
- ou, positivamente, por uma “*satisfação*” dada a Deus, a qual tenha uma dimensão *infinita*.

O leitor note bem que agora estamos falando somente da reparação da *ofensa* divina, da *desonra* de Deus, não incluindo necessariamente aquela reparação do pecado relativa ao *próprio homem* pecador. Vamos, portanto, primeiro falar somente da reparação da *desonra divina* causada pelo pecado. Este aspecto poderíamos chamar de “*expição involuntária*”, para distinguí-lo daquela reparação completa do pecado que, além da reparação da *desonra divina*, inclui o restabelecimento da amizade entre o homem e Deus. A “*expição*” da qual primeiro falaremos, é, portanto, a reparação da *desonra* de Deus, supremo senhor e legislador.

A primeira possibilidade indicada, a pena eterna (o inferno), é reparação da ofensa por meio de *sofrimento*. A segunda possibilidade, como vamos ver, requer também o *sofrimento* como *condição*. Mas, *por que* o sofrimento *pode* reparar o pecado? E por que *precisa-se* de sofrimento para reparar o pecado?

a) Por que a ofensa divina pode ser reparada por meio do sofrimento?

Perguntamos, então, por primeiro: *por que* o sofrimento do homem (e do anjo²¹) *pode expiar*? Um exemplo: alguém me ofendeu muito; em seguida, esta pessoa sofre uma doença terrível. Este sofrimento restabelece a minha honra ultrajada? Não. O caso já é diferente quando a pessoa ofendida é uma pessoa de autoridade sobre as outras, um chefe de estado ou a *autoridade* do estado, em geral. Se esta é ofendida por um cidadão que comete algum crime, e se este cidadão sofrer a prisão ou uma multa decretada pela autoridade do estado, a honra desta é reparada, restabelecida. Pois, neste caso, o criminoso, querendo ou não, deve reconhecer essa autoridade, é submisso a ela. Porém, isto vale somente no caso de um sofrimento infligido por essa autoridade; não vale para *qualquer* sofrimento.

Ora, Deus é o Senhor soberano de todas as criaturas, e todos os sofrimentos humanos podem ser sofrimentos infligidos por Deus. Por isso, todo

²¹ As reflexões a seguir, respondendo a esta pergunta, valem também para os anjos, embora haja uma diferença entre o sofrimento do anjo e do homem, devida à diferença entre as suas naturezas.

sofrimento pode ser expiação do pecado: o pecador tem de reconhecer, querendo ou não: “Vós sois o Senhor! Eu estou sujeito a Vós.”

Esses sofrimentos infligidos por Deus, que podem ser expiação do pecado, são *consequências inerentes ao pecado*.²² Trata-se da privação de bens que o homem já possuía, como também do bem que poderia ter obtido no futuro (felicidade plena na perfeita comunhão com Deus), mas não poderá mais ganhá-lo. Estes sofrimentos distinguem-se, portanto, daquele sofrimento anterior ao pecado que caracteriza a situação de provação *antes* do pecado; a “cruz da provação” não é a privação de um bem que o homem já possui, mas de um bem que poderá obter no futuro e que lhe proporcionará aquela felicidade para a qual Deus, no Seu projeto de amor, o destinou. Este sofrimento, condição para a resposta *livre* do homem, *provém do amor de Deus* ao homem, do “*sim*” de Deus ao homem como Seu *amigo*.

O outro sofrimento, consequência do pecado, não provém do amor de Deus, mas *da negação da resposta de amor* por parte do homem. O homem mesmo causou este sofrimento: dizendo “não” a Deus, disse também, por consequência inerente ao próprio ato, “não” a si mesmo. É isto que precisa ainda ser esclarecido, também para entendermos, então, a reparação completa do pecado.

b) Por que e como pode ser reparado o pecado?

O pecado é *auto-afirmação* da criatura *contra Deus* (“não estou sujeito a Deus; eu mesmo determino o que é bom para mim; Deus não é o bem supremo, prefiro outro bem a Ele”). Ora, a reparação do pecado tem que ser exatamente *o contrário: afirmação de Deus* da parte da criatura *contra si mesma*. Portanto: o pecado – *contra Deus*; a expiação – *contra a criatura pecadora*. Porém, este “*contra a criatura*” precisa de uma explicação.

“O pecado – *contra Deus*; a expiação – *contra a criatura pecadora*”, isto vale somente porque e na medida em que o pecado é *contra Deus* (voltar as costas a Deus) exatamente *por ser busca da criatura*. Ora, de fato,

²² O *Catecismo da Igreja Católica* (n. 1472) esclarece oportunamente esta característica das penas (eterna e temporal) do pecado: “Essas duas penas não devem ser concebidas como uma espécie de vingança infligida por Deus do exterior, mas, antes, como uma consequência da própria natureza do pecado.”

o pecado é querer um bem criado *de tal modo que isto implica* um não querer a Deus acima de tudo, um voltar as costas a Deus. O pecado é um tal “sim” à criatura (no fundo, sempre o “sim” do pecador a si mesmo) que *necessariamente implica* um “não” a Deus; o pecador prefere-se a si mesmo ao próprio Deus. Por isso, a reparação²³ do pecado deve ser um “sim” a Deus que comporta um “não” à criatura; deve ser um preferir a Deus em lugar da preferência de si mesmo. Lembremo-nos da palavra de Jesus: “Se alguém quer me seguir, renuncie a si mesmo (diga “não” a si mesmo), tome sua cruz e siga-me” (Mc 8,34). A “cruz”, a “renúncia”, o “não” a si mesmo indica o sofrimento, o contrário do prazer, da satisfação própria.

No entanto, precisa de mais esclarecimentos. Pois, é verdade que o pecado é contra Deus e *em favor da criatura*? É contra Deus, sim, mas, na realidade, não é em favor da criatura; é só aparentemente em favor dela. Na verdade, é também *contra* a própria criatura.

Talvez possamos exprimir a verdade da maneira seguinte: o pecado é *diretamente* contra Deus e *indiretamente* contra a própria criatura. Nisso o homem se compara a uma abelha. Ela pode picar e, assim, fazer um mal a nós, mas ela faz mal a si mesma, pois se pica, vai morrer por causa disso, como consequência necessária de ter picado. O homem, ao pecar, comete um mal contra Deus, desonra-O, ofende-O, mas, com isso, *faz mal a si mesmo*. Pois o verdadeiro bem do homem é Deus, é a união com Deus; a glória de Deus consiste em que se realize a comunicação da bondade divina à criatura e, assim, a manifestação da bondade ou das perfeições divinas nas criaturas. O amor de Deus por nós é totalmente sem interesses próprios; Ele não faz nada para a Sua própria utilidade,²⁴ mas somente para a *nossa* utilidade, “procurando, ao mesmo tempo, a sua glória e a nossa felicidade.”²⁵

Ora, se o pecado não é somente contra Deus, mas também, indiretamente, isto é, por consequência da própria natureza do pecado, *contra a criatura*, a reparação do pecado não pode ser simplesmente um “não” da

²³ Obviamente, referimo-nos à reparação do pecado no sentido pleno, não somente à “expição” no sentido restrito acima explicado.

²⁴ Cf. *S.Th.* I q.44, a.4, ad 1: “não age por causa do seu proveito (*propter suam utilitatem*), mas somente por causa da sua bondade (*propter suam bonitatem*).”

²⁵ Cf. CONC. VATICANO II, AG 2.

criatura a si mesma, mas um “não” que, indiretamente, isto é, por consequência, é um “*sim*” muito *benfazejo à própria criatura*. Lembremos, de novo, da palavra de Jesus: “Quem quiser salvar a sua vida, perdê-la-á; mas quem perder sua vida por causa de mim e do Evangelho (por dizer um “sim” incondicional, preferencial a Jesus), salvá-la-á” (Mc 8,35).

Fica claro, portanto: o pecado é um “sim” direto à criatura que implica um “não” a Deus. Mas, enquanto esse “sim” à criatura implica o “não” a Deus, ele é – como consequência da própria natureza do pecado – um “não” à criatura, é um mal não somente para Deus, mas também para a própria criatura. A expiação-reparação do pecado é, por isso, um “não” à criatura que, enquanto implica o “sim” a Deus, é um “sim” à própria criatura, faz bem a ela mesma.

Ora, quando falamos do “‘não’ à criatura” falamos do sofrimento (privação de um bem) devido ao pecado. Já vimos que este sofrimento não tem sua razão de ser no amor de Deus (o amor divino é um “sim” à criatura), mas na *negação da resposta de amor* por parte do homem. O homem mesmo causou este sofrimento: dizendo um tal “sim” a um bem criado, que comporta um “não” a Deus, ele disse também, por consequência, “não” a si mesmo.

Vimos, portanto, por que e como o sofrimento pode “*expiar*” no sentido de restabelecer a honra divina ultrajada. Podemos agora também entender como o sofrimento pode, no sentido pleno, *reparar* o pecado.

O sofrimento que é consequência do pecado, *em si* ou *como tal* não pode reparar o pecado, em sentido pleno. Já dissemos há pouco: a expiação-reparação do pecado é um “não” à criatura que, *enquanto implica o “sim” a Deus*, é um “sim” à própria criatura, faz bem a ela mesma. Sem este “sim” a Deus, o “‘não’ à criatura”, isto é, o sofrimento, somente pode restabelecer a honra divina (é a “*expiação involuntária*”), mas não eliminar o pecado. Além disso, somente pode reparar a desonra, a ofensa divina, se for um sofrimento de alguma maneira *infinito*, o que, no caso de uma criatura finita, só pode ser um sofrimento *eterno*. A criatura que não se converte, não ama de novo a Deus acima de tudo, mas fica no estado do pecado (continua a aderir de tal modo a um bem criado que é incompatível com o querer a Deus acima de tudo), não pode nunca, pelo seu sofrimento, reparar o pecado; somente é restabelecida objetivamente a honra divina sem que isto redunde no bem da criatura pecadora.

Pois o que realmente repara o pecado, *eliminando-o*, não é propriamente o sofrimento, mas o *amor divino no coração humano*. O sofrimento é

somente uma *condição* necessária para que este amor seja de fato amor *reparador*. Já sabemos, fundamentalmente, o porquê disso. É que sem algum sofrimento, ainda que seja mínimo, o amor do homem ou do anjo não pode ser amor *livre*, e precisa ser amor livre para ser o amor *próprio* com que a criatura ama a Deus com aquele amor que recebeu d’Ele mesmo.

Está claro, portanto: o que realmente pode reparar o pecado é o *amor livre, dom de Deus, no coração humano*. O que se chama de “satisfação” é a reparação do pecado por este amor. Aliás, com exceção do caso em que o pecador continua a aderir ao pecado, podemos constatar o seguinte: com a mesma certeza e necessidade com que a *ofensa* feita a Deus pelo pecado comportava necessariamente a *danificação* da criatura, também a reparação da *ofensa* feita a Deus (reparar a desonra) necessariamente traz consigo a reparação do *dano* na criatura pecadora. Já que Deus não procura nenhum proveito para Si mesmo, a honra e glória de Deus e o bem e a felicidade da criatura estão de tal forma inseparavelmente unidos que somente a resistência pertinaz e definitiva da criatura livre ao amor divino – respeitada por Deus-Amor que não força, mas respeita a liberdade – pode separá-los.

c) Somente uma Pessoa divina feita homem pode reparar o pecado

O pecado *precisa* ser reparado para poder haver o perdão divino. Mas, o homem pecador *não pode* reparar o seu pecado. Pois o pecado só pode ser reparado pelo *amor, dom de Deus, no coração do homem*, e é exatamente este dom do amor divino que falta ao homem pecador. De outro lado, que o pecador receba de novo este *dom do amor* significa que ele já recebe o *perdão* divino.

Portanto, se o pecado precisa ser *reparado* (satisfação a Deus) para poder haver o *perdão*, e se, de outro lado, para o homem *poder* reparar precisa, antes, de novo o dom do amor divino, isto é, precisa *antes* receber o *perdão* divino, *o homem não pode reparar o seu próprio pecado*.

Por conseguinte, *só Deus pode fazê-lo*. Além disso, para reparar a ofensa divina, que é *infinita*, precisa que também a reparação (satisfação) seja *infinita*. Ora, em contraposição à ofensa cuja grandeza se mede pela dignidade da pessoa ofendida, a satisfação recebe o seu valor da grandeza da pessoa que satisfaz, não da pessoa à qual se oferece a satisfação. A pessoa ofendida é divina, *infinita*; por conseguinte, a pessoa que repara a ofensa não pode ser uma pessoa finita, tem que ser *infinita*: uma pessoa *divina*.

Por outro lado, a satisfação pelo pecado tem que proceder *da parte daqueles que ofenderam* a Deus. Por isso tem que ser um homem, e um homem *que possa incluir em si, de alguma maneira, todos os outros homens*, que possa representar a todos eles, que possa colocar-se de uma maneira real no “lugar” deles, assumindo a condição deles e fazendo o que eles não são capazes de fazer.²⁶

Estes raciocínios podem fazer-nos entender, mais uma vez, a grandeza do pecado, o carácter horrível do mal que ele é. Nós podemos ofender a Deus, mas não podemos reparar esta ofensa; podemos estragar – e que estrago terrível! – sem possibilidade de nós mesmos consertar o estrago. *Só Deus* é capaz de enfrentar o pecado *eliminando-o*, tirando dele um bem maior. É o que Ele fez.

2. A Cruz de nosso Senhor Jesus Cristo: realização suprema da misericórdia divina

a) A resposta de Deus-Amor ao pecado do homem: a misericórdia divina

Deus-Amor, Pai e Filho e Espírito Santo, criou pessoas livres, chamando-as e encaminhando-as a uma perfeita comunhão consigo mesmo. Mas entre elas houve quem se negasse a dar sua resposta livre de amor a Deus; ofenderam-n’O. A consequência inerente a este ato foi um sofrimento diferente daquele que é condição para a livre decisão da criatura diante de Deus. Somente por meio deste sofrimento, se é eterno, o pecado, ou exatamente, a ofensa divina é reparada. É o sofrimento da exclusão da comunhão de vida e amor com Deus Trindade.

Mas, Deus é Amor, é a própria bondade por essência; por isso é inclinação e capacidade infinita de Se comunicar a Si mesmo a outrem. Esta inclinação e capacidade (comunicatividade e comunicabilidade) já estão totalmente realizadas na vida intratrinitária, comunicando-Se integralmente

²⁶ Não tratamos aqui do caso dos anjos rebeldes (demônios) e da razão por que para eles não existe reparação do pecado por parte do Filho de Deus e, por conseguinte, não existe perdão. Mas, a doutrina por nós defendida, da impossibilidade do perdão divino sem reparação do pecado pode fazer reconhecer outra razão além daquela que se costuma dar, apelando à superioridade do intelecto angélico sobre o intelecto humano. Pois, com relação aos puros espíritos não existe aquela possibilidade da inclusão dos outros em um só, que é a base da “satisfação vicária” de Cristo pelos homens (cf. *Cat.*, 404).

o Pai ao Filho, e o Pai e o Filho, ao Espírito Santo. Por isso Deus não Se comunica necessariamente mas *livremente* às criaturas, a começar pelo ato criador.

Deus ama livremente toda pessoa criada com um amor eterno. *Desagrada* infinitamente a este amor divino a situação da criatura pecadora. Deus-Amor quer comunicar-Se (bondade, benevolência), quer unir a Si (amor²⁷) aquele que criou para a feliz comunhão consigo. Por que não comunicar de novo ao pecador o dom, culpavelmente perdido, do amor divino no seu próprio coração? Por que, portanto, não perdoar-lhe simplesmente o pecado, respeitando, obviamente, a sua liberdade? Não seria realizar a inclinação, o desejo²⁸ infinito do amor divino às Suas criaturas, aos Seus filhos? Porém, este amor divino à Sua *criatura* é o mesmíssimo amor com que Deus ama a *Si mesmo* (as Pessoas divinas amam-Se umas às outras e a Si mesmas). Ora, segundo a opinião teológica por nós defendida, este amor não pode simplesmente perdoar o pecado se, com isso, a desonra divina causada pelo pecado não é reparada. Em outras palavras: este amor divino é um amor *justo*, não pode negar-se a si mesmo, o que seria o caso se não agisse conforme a este dado:²⁹ a criatura é para a glória de Deus. Desagrada a este amor não apenas a situação desastrosa do pecador (desagrado do amor benevolente à criatura), mas também a ofensa a Deus, a desonra que é de dimensão infinita e é uma realidade objetiva (desagrado do amor justo). O amor-*bondade* deseja doar de novo o dom do amor divino à pessoa que pecou; o amor-*justiça* exige, para que isso se possa realizar, a reparação da ofensa. Que traço do amor divino dará a solução? O amor *misericordioso*.

Para com os anjos pecadores a reparação do pecado, no sentido pleno, não é possível.³⁰ Eles não poderão experimentar o amor misericordioso

²⁷ Amor não é somente benevolência (que é um simples ato da vontade), mas acrescenta à benevolência uma união afetiva com o amado, como explica São Tomás (*S.Th.* II-II q.27, a.2).

²⁸ É um desejo não imposto, não necessário, mas livre; e, no entanto, é realmente desejo. É um desejo proveniente da superabundância do bem possuído, não de alguma indigência. Por isso mesmo não contradiz a perfeita e infinita felicidade de Deus Pai com o Filho no Espírito Santo.

²⁹ Justiça é dar a cada um o que é seu, o que lhe convém; é agir em conformidade com este determinado dado, não sem um dado pressuposto, como é o caso do amor-bondade.

³⁰ Cf. nota 26.

de Deus. Mas para os homens é possível. Com relação ao homem pecador Deus encontrou um meio para fazer triunfar Seu amor inicial. Este meio é uma realização divina de “misericórdia” que ultrapassa tudo que poderíamos imaginar e, além, disso, ultrapassa, sob certo aspecto, o próprio amor misericordioso que Deus, *como Deus*, pode ter. É o mistério profundo e inesgotável da Cruz do Filho de Deus feito homem.

A misericórdia é, segundo a definição de Santo Agostinho, “uma certa compaixão do nosso coração com a miséria alheia, que nos impele a socorrê-la se isto nos for possível”.³¹ Agostinho ainda acrescenta: “Este movimento está subordinado à razão [daí sua característica de virtude] se se oferece a misericórdia de tal modo que se observe a justiça.”

O amor misericordioso é, portanto, amor *com-passivo*; é *padecer com* a miséria, a dor, o sofrimento de outra pessoa e, por isso, ajudá-la na medida do possível. Ora, eu só padeço com a miséria alheia quando, de alguma maneira, percebo a miséria alheia como *minha* própria miséria. Isto se realiza pelo *amor*. O amor é força unitiva: a união de amor faz com que o sofrimento da pessoa amada se torne, de alguma maneira – isto é, pela união *afetiva* entre as duas pessoas – também o meu sofrimento. O amigo é um “outro eu”. O mal do amigo considero como sendo meu e sofro com ele.

Além disso, pode haver uma outra união que pode causar a compaixão; é a união *real*, isto é, o fato de eu mesmo estar sujeito a sofrer o mesmo ou um semelhante mal que a outra pessoa está sofrendo.

Quando meu amigo está com câncer, sentindo terríveis dores, a união de amor com ele não faz com que eu, de fato, sinta no meu corpo estas mesmas dores. Há em mim uma dor de amor, uma dor “no coração” (uma tristeza); desagrada-me profundamente que o amigo sofra esse mal. É a *com-paixão* pela união *afetiva* com a outra pessoa. Ora, quando o amor é muito forte (p. ex., o de uma mãe para com seu filhinho doente), a pessoa que ama deseja mesmo a união *real* com a pessoa sofredora: assumir o próprio sofrimento da pessoa amada, sofrer aquilo mesmo que ela sofre, com a finalidade última de libertá-la desse sofrimento.

Ora, Deus é o “Deus do amor” (2Cor 13,11) e, por isso mesmo, “Deus rico em misericórdia” (Ef 2,4). Ele tem compaixão do homem pecador,

³¹ *De civitate Dei*, IX, c. 5: “Quid est autem misericordia, nisi alienae miseriae quaedam in nostro corde compassio, qua utique, si possumus, subvenire compellimur?”

considera o mal do homem Seu próprio mal. Desagrada-Lhe infinitamente que o homem se encontre naquela situação que é consequência do pecado. Desagrada-Lhe também infinitamente o pecado do homem. O amor de Deus é santo e justo: não pode aprovar ou contentar-se, de modo algum, com o pecado, com a desonra feita a Deus. (Como já frisamos antes, o amor de Deus para consigo mesmo e para com o homem é um só e mesmo.) A “cólera” de Deus, de que fala a S. Escritura do AT e NT, é esse descontentamento infinito do amor divino em relação ao homem pecador; é a “dor” do amor de Deus que foi rejeitado pelo homem – para a desgraça deste mesmo. Deus Se apresenta na Escritura como um esposo profundamente ofendido pela infidelidade da esposa ou como um pai muito ferido no coração pela ingratidão do seu filho muito amado. Mas, uma vez que esta “dor”, este desagrado, este descontentamento é de um *amor que não visa, de modo nenhum, um proveito próprio*, a “cólera” não é a última palavra de Deus ao homem. Por isso, aquela “dor, inconcebível e inexprimível”, “no próprio coração da inefável Trindade” – para empregarmos as expressões do Papa João Paulo II,³² – dor que não diminui a felicidade infinita do Deus Amor, “esta imperscrutável e indizível ‘dor’ de Pai, em definitivo, gerará sobretudo a admirável economia do amor redentor em Jesus Cristo, para que, através do ‘mistério da piedade’, o amor possa revelar-se mais forte do que o pecado, na história do homem. Para que prevaleça o ‘Dom’!”³³ para que prevaleça o Deus de Amor, o mistério do eterno amor do Filho ao Pai, no Espírito Santo.

Essa “admirável economia do amor redentor em Jesus Cristo” é, portanto, fruto da “dor”, do descontentamento do amor divino com a situação causada pelo pecado. Este amor divino – tendo como seu objeto tanto a Deus como também o homem pecador – não pode ser injusto (Deus não pode negar-Se a Si mesmo, fazendo que a criatura não seja para a Sua glória), por isso não pode perdoar o pecado sem reparação da infinita ofensa divina que o pecado comportou. Daí, *o próprio Deus-Amor assume a obra da reparação do pecado* de tal modo que tanto o pecador possa ser perdoado quanto a honra divina ser restabelecida; é o amor *compassivo* que o faz: Deus Filho, na Sua compaixão, Se faz *solidário* com o homem pecador, de uma maneira como somente a Deus é possível, pois o amor do

³² Cf. JOÃO PAULO II, Encíclica *Dominum et vivificantem*, n. 39.

³³ Id., *ibidem*.

ser humano, ainda que seja muito forte, nunca conseguiria atingir tal grau e eficácia de *solidariedade compassiva* com as pessoas amadas.

Certamente, a compaixão é de *todas* as três Pessoas divinas, já que o amor divino – que é Pai (amor paterno), Filho (amor filial) e Espírito Santo (amor procedente, expressão pessoal de amor do Pai e do Filho) – é absolutamente um só e o mesmo. O Pai e o Espírito Santo não têm amor menos compassivo que o Filho, nem há diferença, entre as Pessoas divinas, na capacidade de Se fazer homem, mas o Filho tem na vida intradivina aquela posição que faz com que, segundo a sabedoria divina, tem de ser Ele quem Se faz homem.³⁴ Pois é Ele que, como Pessoa divina gerada pelo Pai (“Filho”), dá eternamente a *resposta* infinita de amor ao Pai, e o homem foi criado e chamado a participar desta resposta eterna de amor do Filho ao Pai. O Pai é a Pessoa que não procede de ninguém, não dá “resposta” de amor a ninguém, pois Ele é, como Pessoa, o *princípio sem princípio* do amor, do conhecimento, do ser. Por isso, o Pai não podia ser a pessoa indicada para Se fazer homem. O Espírito Santo, por Sua vez, é Pessoa divina que, na vida intratrinitária, procede de outrem, é verdade, mas, em contraposição ao Filho, Ele procede não como “Filho” (Pessoa divina gerada), mas como a Pessoa que é – na Sua personalidade própria, distinta da do Filho (e da do Pai) – a unidade ou comunhão de amor das duas outras Pessoas divinas, das quais procede como “fruto” do Seu amor mútuo. Assim, o Pai é o divino *amante* como *princípio-fonte* de todo amor, e o Filho é o divino *amante* como o *amado* do Pai que “*responde*” ao amor d’Ele, enquanto o Espírito Santo é o *Amor* como “fruto” do amor dos dois.³⁵ Por isso dá para entender que, embora a iniciativa do amor misericordioso (da “economia do amor redentor”), em absoluto, seja do Pai (como princípio-fonte de todo amor), *deve ser o Filho* quem, encarnando-Se, *Se coloca do lado dos homens pecadores* para, em nome deles e na condição deles dar aquela *resposta de amor* a Deus (Pai) que repara a desonra divina e, conseqüentemente, reabre para o amor divino o caminho ao coração do homem que perdeu este amor por culpa própria.

³⁴ Cf. J.H. NICOLAS, *Sintesi Dogmatica*, vol. I, Roma-Vaticano 1991, 438: “Mas se eu considero a encarnação em relação à história da salvação, isto é, como missão da Pessoa divina à humanidade, então somente o Filho pode ser enviado, porque a missão a realizar corresponde à sua propriedade pessoal e não corresponderia àquela dos outros dois.”

³⁵ Cf. S. AGOSTINHO, *De Trinitate*, VI,5,7: “Et ideo non amplius quam tria sunt: unus *diligens eum qui de illo est* [um amante amando Aquele que dele procede (o Pai amando o Seu Filho)], et unus *diligens eum de quo est* [um amante amando Aquele de quem

b) O mistério da Cruz: a reparação do pecado pelo amor livre-sofredor do Filho de Deus feito homem

A Cruz de Cristo é sempre mistério do *amor de Deus*. Quando procuramos a razão da Cruz *em Deus*, encontramos Seu amor *compassivo*. Neste amor encontramos o mais profundo *porquê* da Cruz; é o amor divino aos homens *pecadores, miseráveis*.

Pelo divino amor *misericioso* – comum às três Pessoas divinas – o Filho que, como Pessoa divina, eternamente dá a resposta infinita do Seu amor ao Pai, desce ao nível da criatura humana (vista a partir do Pai trata-se de um “envio” do Filho da parte do Pai, pois o amor pelo qual o Filho é impelido a descer até nós, Ele o tem – pela geração eterna – da parte do Pai), faz-Se verdadeiramente um ser humano,³⁶ alguém do gênero humano, um “filho de Adão”, e, assim, Se coloca *totalmente do lado do homem defronte de Deus Pai*, para poder, *em nome e no lugar* do homem, dar a resposta de amor ao Pai negada pelo homem que, devido a esta negação, se tornou incapaz de Lha dar.

Mas, o que significa este colocar-Se no lugar dos homens e *a partir desta posição* ou *nesta situação* dar a resposta de amor ao Pai celeste? A resposta a esta pergunta explicará o *porquê dos sofrimentos atrozes* de Jesus.

Pois, como dissemos, o mistério da Cruz de Jesus é mistério do amor de *Deus*, imediatamente de Deus Filho feito homem, mas também do Pai e do Espírito Santo. Não é, certamente, mistério do amor dos *homens*, pelo contrário, é mistério da *maldade* dos homens, do *pecado* deles; foram os homens que fabricaram a Cruz de Cristo, foram os homens que pecaram, foram eles que O condenaram, maltrataram, torturaram, mataram; o Pai do Céu não fez nada disso como também não quis esta maldade nem direta nem indiretamente. Somente a permitiu; permitiu porque soube tirar disso um bem maior, *o bem maior*.³⁷

procede (o Filho amando o Seu Pai)], et *ipsa dilectio*” [o próprio Amor (o Espírito Santo)].

³⁶ Assim a “Cruz horizontal” em Deus (tudo no mesmo nível divino, isto é, de pessoas divinas) recebe uma haste vertical: para baixo, para dentro da criação.

³⁷ Cf. *Cat.*, 312: “Do maior mal moral jamais cometido, a saber, a rejeição e o homicídio do Filho de Deus, causado pelo pecado em todos os homens, Deus pela superabundância da sua graça, tirou o maior dos bens: a glorificação de Cristo e a nossa Redenção.”

Qual é, então, a *situação* de Jesus, o Filho de Deus feito homem? Exatamente por ser o Filho de Deus feito homem, Jesus não somente estava unido a Deus Pai, de uma maneira totalmente singular, mas também, por isto mesmo, podia estar unido e estava, de fato, *unido de um modo totalmente singular* a toda a humanidade em geral e a todo homem em particular. Isto Lhe deu a possibilidade de levar a Sua *solidariedade* conosco, homens pecadores, ao *ponto extremo*: a Sua compaixão não somente O faz sentir conosco, compartilhar a nossa condição dolorosa (consequências do pecado), mas assumir realmente *todo* o peso das consequências do pecado: *tomar o que é nosso e fazê-lo, de fato, Seu*; levar a solidariedade ao ponto extremo da *substituição*: fazer em nosso lugar aquilo de que fomos incapazes.

Sendo assim, o Filho manifestou e realizou, de uma maneira estupenda, o divino amor compassivo fazendo-Se homem, colocando-Se realmente no *nosso* lugar, assumindo a condição de escravo (cf. Fl 2,7), “condição de uma humanidade decaída e fadada à morte por causa do pecado” (Cat., 602).

Só Deus é capaz de levar a compaixão a este ponto extremo: sofrer os próprios sofrimentos da pessoa amada, tomar os sofrimentos dela sobre si mesmo. Só Deus é capaz disso. Mas, o que estamos dizendo? Deus é capaz disso em Sua *divindade*? Não. Com efeito, Deus é infinitamente misericordioso, compassivo, mas somente se Ele assumir, em toda a realidade, a nossa natureza como *Sua* – fazendo-Se homem – pode assumir, em toda a realidade, também os nossos sofrimentos que são consequência do pecado, sem Ele mesmo Se tornar pecador. É isto que São Paulo exprime com toda força, ao dizer: “Deus o fez pecado por causa de nós, Ele que não conheceu o pecado” (2Cor 5,21). Com este Seu amor humano, Jesus *superou*, de alguma maneira, sob um certo aspecto, o próprio amor *divino*. É claro, o amor divino, em absoluto, supera infinitamente o amor de um coração humano, ainda que seja o coração do homem-Deus. Mas, sob um determinado aspecto, o amor *misericordioso* do coração humano de Jesus supera, de fato, o próprio amor divino.³⁸ Pois, com Seu amor sofre-

³⁸ Note-se que, a este respeito, sempre esclarecemos que é apenas “sob um determinado aspecto”. É inegável que existe este aspecto, o qual leva o amor misericordioso a uma realização que, como tal, em Deus não existe e não pode existir, devido à Sua perfeição propriamente divina. Este aspecto pressupõe, portanto, certa imperfeição da natureza da pessoa que ama: a possibilidade de uma privação de um bem, de tal modo

dor, Jesus realiza a misericórdia não somente por uma união afetiva conosco, mas leva esta união afetiva – ou seja, o padecer com a pessoa amada inerente à união afetiva com ela – a uma união *real*: sofre realmente a nossa situação, “solidário com a carne de pecado” (Rm 8,3).³⁹

Mas então, por que, afinal, Jesus precisava *sofrer*, e sofrer *tanto*?

Porque precisava colocar-Se, como homem, totalmente do lado do homem *pecador* defronte de Deus Pai, para, em nome e no lugar dele (que se tornara incapaz) dar a resposta de amor ao Pai, reparando assim a desonra divina. Ora, esta resposta de amor teve de ser a de um amor *livre*. Mas não bastava somente aquela liberdade possibilitada e assegurada pelo sofrimento inerente ao “estado de caminhada”. Pois o homem pecara e sua situação se tornara bem diferente: a do sofrimento que é consequência do pecado, tendo como expressão culminante a morte.⁴⁰ Jesus precisava dar a resposta livre de amor em lugar do homem *pecador*, inclusive do pior pecador que existiu ou vier a existir. Como já foi dito, para isso Ele Se uniu a esse homem, assumiu a condição do homem pecador, sem que Ele mesmo Se tornasse pecador.⁴¹ É importante notar que o Apóstolo Paulo

que, com isso, esta pessoa não esteja completamente feliz. No entanto, considerando o *amor*, não deixa de haver o aspecto de *perfeição* naquele amor misericordioso de Jesus como Filho de Deus *feito homem*. É exatamente este aspecto de perfeição do amor que levou certos teólogos a atribuir – de modo indevido, não respeitando suficientemente a absoluta transcendência e “imutabilidade” de Deus – ao próprio Deus um “sofrimento” desse tipo (cf. nossa recensão de E. ZOFOLLI, “*Mistero della Sofferenza di Dio*”?, em: *Sapientia Crucis* 1 (2000) 133-145). Não concordar com esta doutrina não deveria, no entanto, levar a desconhecer ou negar esse aspecto de perfeição no amor sofredor.

³⁹ É a tradução da “*Bíblia. Mensagem de Deus*”, das Edições Loyola (São Paulo, 1989); também a Carta aos Hebreus (cf. 2,14-18; 4,15; 5,1ss) expõe este tema da solidariedade do Filho de Deus com os homens; cf. a respeito de tudo isso: S. VOIGT, *Homoiôma (Rm 5,14) e Pecado Original: Uma Releitura Exegética*, em: *REB* 161(1981)5-18, especialmente pp. 9-10.

⁴⁰ Num outro artigo nesta revista poderemos, ao expor a essência do que é um “sacrifício”, examinar o papel da morte no sacrifício da Cruz de Cristo, e também explanar por que o ato reparador do pecado tinha de ser um “sacrifício”.

⁴¹ Vale a pena citar aqui o *Catecismo da Igreja Católica*: “Jesus não conheceu a reprovação, como se Ele mesmo tivesse pecado (cf. Jo 8,46). Mas, no amor redentor que sempre o unia ao Pai, nos assumiu na perdição de nosso pecado em relação a Deus a ponto de poder dizer em nosso nome, na Cruz: ‘Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?’ (Mc 15,34). Tendo-o tornado solidário de nós, pecadores, ‘Deus não poupou seu próprio Filho, mas o entregou por todos nós’ (Rm 8,32), a fim de que fôssemos ‘reconciliados com Ele pela morte de seu Filho’ (Rm 5,10)” (*Cat.*, 603).

não diz que Deus fez Jesus “*pecador*” mas “*pecado* por causa de nós” (2Cor 5,21).⁴² A possibilidade e a profundidade desta união fica para nós misteriosa, pois também o próprio amor divino que é a última causa desta união, é para nós misterioso na sua grandeza (intensidade) e eficácia.

Por isso, a liberdade de amor com que o Filho de Deus amava o Pai, vivendo uma vida humana aqui na terra nas condições da humanidade após o pecado, entregue e entregando-Se livremente aos homens pecadores, foi uma *liberdade maior* que aquela original do primeiro homem, antes do pecado.

Aqui precisamos voltar ao que já foi exposto a respeito do papel do sofrimento para a liberdade. O sofrimento é *condição* para a *liberdade* do nosso amor a Deus; pela liberdade os nossos atos de amor divino a Deus (participação do próprio amor divino) se tornam propriamente *nossos*; isto faz com que estes atos sejam *meritórios*, isto é, que são dignos de serem, por fim, recompensados com a comunhão consumada com Deus. Ora, se o *sofrimento* é maior, maior é também a *liberdade* com que a pessoa ama a Deus (e, por amor de Deus, as pessoas criadas); pois no sofrimento maior a atração a Deus, o bem-por-essência, é menor. E o ato realizado com liberdade maior é também mais *meu próprio* ato e, por isso, é mais *meritório*.

Sem dúvida, o que, em primeiro lugar e fundamentalmente, determina o valor de um ato (referimo-nos sempre a um ato de amor a Deus ou animado por este amor) é a *intensidade* do amor. Esta intensidade é o grau de perfeição do amor, é a perfeição *intrínseca* do amor. Em contraposição à intensidade, a *liberdade* do amor é uma perfeição *extrínseca* dele. Mas ambas, intensidade e liberdade, são fatores necessários para o caráter meritório do ato. Por isso, o aumento de uma e de outra influi no valor que o ato tem diante de Deus; aumenta o valor de glorificação de Deus por parte da criatura e, quando for o caso, de reparação da desonra feita a Deus pelo pecado da criatura.

Ora, o Filho de Deus feito homem amou o Pai com a *máxima intensidade* de amor divino num coração humano.⁴³ E a *liberdade* deste amor?

⁴² Também na Carta aos Gálatas São Paulo não diz que Cristo foi “maldito” por Deus, embora o trecho do AT citado por ele se exprima assim (“maldito seja todo aquele que foi suspenso no patíbulo”); o Apóstolo usa, ao falar de Cristo, o substantivo “maldição”: “Cristo nos resgatou da maldição da Lei, tornando-se Maldição” (Gl 3,13).

⁴³ Conforme, aliás, ao desenvolvimento das Suas faculdades humanas (criança, adolescente...), Ele pôde crescer na perfeição dos Seus atos de amor ao Pai (cf. Lc 2,40.52).

A liberdade possibilitada pelo “estado de caminhada” teria sido suficiente para realizar atos meritórios de glorificação do Pai. Mas a liberdade dada ao sofrimento maior, isto é, àquele sofrimento que é consequência do pecado, é *maior*; é com esta liberdade que Jesus devia amar o Pai, pois devia amá-l’O em nome e em lugar dos homens *pecadores* e, daí, tomar sobre Si esse sofrimento bem maior: devia amar o Pai com um amor *livre-sofredor*, *sofrendo “o pecado do mundo”* (cf. Jo 1,29).

c) O mistério da Cruz: o amor mais perfeito possível do Filho de Deus feito homem e a suprema manifestação do amor de Deus

Até agora vimos que a reparação do pecado requis o amor livre-sofredor de Jesus ao Pai e ao homem pecador. Agora podemos perguntar-nos: não foi conveniente ou até necessário – como exigência do amor do Pai para com Seu Filho⁴⁴ ou do amor do Filho ao Pai e aos homens e também a Si mesmo – que este *sofrimento* fosse *o menor possível*? Ao responder a esta questão podemos penetrar mais ainda no mistério da Cruz de Cristo, no mistério do Seu amor *sofredor*.

A resposta à questão posta é negativa; pois o conveniente foi exatamente o contrário. Começemos por uma comparação: suponhamos que alguém possa livrar os favelados da sua miséria indigna de um ser humano, se compartilha a sua vida de miséria. Que atitude será prova maior de amor? Compartilhar o menos possível, isto é, apenas o estritamente necessário para poder livrá-los da sua miséria, ou participar plenamente da vida deles, compartilhando inclusive a miséria mais miserável do mais infeliz deles? Não será a segunda atitude?

Mas não precisamos apoiar-nos nesta comparação, já que uma comparação sempre “claudica” sob algum aspecto. Examinemos o próprio amor na sua perfeição extrínseca, a saber, na liberdade. Um amor que goza da posse perfeita de Deus (comunhão consumada: Deus satisfazendo todo o desejo de felicidade) não é um amor livre, embora voluntário.⁴⁵ O amor praticado por uma pessoa a caminho da comunhão bem-aventurada com Deus, é um amor livre. Um amor praticado em sofrimento maior, é um amor mais livre; um amor praticado em *sofrimentos máximos*, é um amor *maximamente livre*. Um tal amor libérrimo é amor *perfeitíssimo* quanto à

⁴⁴ Levando em consideração a objeção anteriormente levantada ao dado da fé.

⁴⁵ Cf. a explicação dada na primeira parte do artigo.

sua perfeição extrínseca. Se também o grau de perfeição intrínseca, a saber, a intensidade do amor, for máximo, este amor é o amor da *suprema perfeição* de alguém que está a caminho de Deus; é o amor *mais meritório possível*; é o amor que *maximamente glorifica a Deus*, pois é a máxima manifestação do amor de Deus por e em um coração humano. E se quem assim ama divinamente com um coração humano, é o próprio Deus, isto é, a Pessoa divina do Filho de Deus, há neste amor a *manifestação suprema, insuperável do amor de Deus*; e isto por duas razões: porque é o amor humano (divinizado) de uma *Pessoa divina* (é imediatamente o próprio Deus, a Pessoa divina do Filho, que ama), e porque este amor é a expressão humana do amor *compassivo* de Deus; este amor traduz, em nível humano divinizado, a própria *misericórdia* divina do Filho, mas também do Pai e do Espírito Santo. E esta misericórdia, por sua vez, é o *ponto culminante* do amor de Deus para com as Suas criaturas.⁴⁶ Por conseguinte, *o amor de Jesus Cristo crucificado é, em todos os sentidos, o ápice insuperável do amor, ao ponto de até superar, sob certo aspecto, o próprio amor divino como tal.*

Portanto, nem o amor do Pai ao Filho, nem o amor do próprio Filho ao Pai, aos homens ou a Si mesmo requer que o sofrimento de Jesus seja o menor possível. Se Jesus aceita sofrer *tanto* por amor solidário-compassivo aos homens, isto é *prova máxima do Seu amor* (e também do Pai e do Espírito Santo) a eles. Se Ele, com este amor libérrimo por ser maximamente sofrido, *glorifica mais o Pai*, tal amor é realização suprema de um desejo que não pode deixar de ser uma característica do Seu amor imenso ao Pai. E as exigências do Seu amor a Si mesmo correspondem às exigências do amor de Deus Pai a Seu Filho humanado: este amor da máxima intensidade como também da máxima liberdade, *merece a Jesus a suprema glorificação*. É o amor do Pai que O quis glorificar assim. Com este amor livre Jesus não somente merece para *nós* a graça e a glória, mas também, e antes, merece *para Si mesmo* não somente aquilo que ainda não tinha: a glória plena como homem, mas também tudo aquilo que Ele já tinha devido à união hipostática, isto é, pelo fato de Sua natureza humana ser a natureza humana de uma Pessoa divina: toda a plenitude da graça divina (plenitude do Espírito Santo); agora Ele o tem como *merecido*, isto é, devido ao valor do seu ato livre de amor ao Pai e aos homens. Ele mesmo,

⁴⁶ Cf. *S.Th.* II-II q.30, a.4.

o “Filho do homem” (isto é, o Filho feito homem⁴⁷, o Filho que é homem), é, assim, *fonte* de *todas* as graças para *todas* as criaturas.

O mistério da Cruz de Cristo é, portanto, o mistério do *amor mais perfeito possível* do Filho de Deus feito *homem* e a *suprema manifestação*, no universo das criaturas, *do amor de Deus*; não é somente suprema manifestação do amor compassivo de Deus *às criaturas*, diretamente aos homens, mas também do amor do Pai *ao Filho* e do Filho *ao Pai*, no Espírito Santo que é, em pessoa, a comunhão de amor, na vida intratrinitária, entre o Pai e o Filho.

Recapitemos: o homem foi criado em estado de caminhada; ele poderia alcançar a perfeita comunhão feliz com Deus, se andasse livremente o caminho do amor em seu coração; os atos de amor são os passos rumo a Deus. O homem, por escolher o mal, perdeu o dom divino do amor; com isso perdeu bens que já possuía, como também a possibilidade de atingir o seu fim em Deus: ele começou a sofrer as consequências do pecado, isto é, aqueles sofrimentos que provêm do pecado.

Como pode ser reaberto o caminho do homem até Deus? Quem pode fazê-lo? Só Deus. O Filho de Deus desce até às maiores profundezas da humanidade decaída e daí, deste ponto ínfimo – solidário com o pior dos pecadores – Ele vai ao Pai, abre de novo, para todos os homens, o caminho para o Pai. *Como* abre o caminho, quais são os *passos* que Ele dá? Os passos do *amor livre-sofredor*.

Jesus amou não somente da maneira mais perfeita possível quanto à *intensidade* do amor (perfeição intrínseca), mas também quanto à perfeição extrínseca do amor, isto é, quanto à *liberdade* do amor e, portanto, quanto ao *sofrimento*. Pois, como vimos, o sofrimento é condição do amor *livre* e, assim, do amor *meritório*. A expressão máxima do amor livre-sofredor de Jesus encontramos na Sua palavra na Cruz: “Meu Deus, meu Deus, por que Me abandonaste?” Deus não parecia, de modo algum, ser um Pai amorosíssimo, cheio de bondade infinita, pronto para ajudar, querendo o bem, somente o bem dos seus filhos, do Seu Filho único; não parecia nada disso. É o mistério do escondimento do Pai, juntamente com a Sua presença mais íntima possível. Amar de todo o coração *este* Pai, isto é amor *livre, libérrimo*, pois é amor *sumamente sofredor*. Em vez de ser

⁴⁷ Cf. J. GALOT, *Chi sei tu, ó Cristo?*, Firenze 1979, 130.

irresistivelmente atraído pela suma amabilidade do Pai, Jesus, muito pelo contrário, sente-Se *abandonado* pelo Pai! É este o amor livre-sofredor que *repara*, em superabundância, o *pecado*, também ato *livre* do homem, mas não de amor a Deus e, sim, de amor preferencial a um bem criado.

Além disso, este amor livre-sofredor em grau máximo é a realização mais perfeita do amor do Filho de Deus feito homem a Deus Pai e aos homens e a manifestação suprema do amor misericordioso de Deus.

Com tudo isso projeta-se agora também uma nova luz sobre o mistério do sofrimento. Com aquele Seu amor, Jesus transforma o próprio sofrimento humano, dá-lhe um *novo sentido*, “*redime*” o *próprio sofrimento*, como se expressou o Papa João Paulo II.⁴⁸ No paraíso, o sofrimento da provação era via de salvação, por ser condição para a *livre* decisão do amor, condição para dar os passos próprios rumo à felicidade plena em Deus. Pelo pecado o sofrimento assumiu dimensões e características novas, desastrosas. O sofrimento caiu, por assim dizer, na “*escravidão*” do castigo; seu sentido é o castigo. Jesus, assumindo por amor misericordioso este nosso sofrimento depois do pecado, “*redimiu*” o sofrimento da escravidão de ser castigo, fez do sofrimento de novo *via de salvação*, mas agora numa *medida maior*, de modo mais intensivo, com *maior fecundidade* do que no paraíso. Amar a Deus nos nossos *sofrimentos atuais* é mais meritório, é uma realização de amor mais perfeita (tratando-se de alguém que está a caminho de Deus), alcança-nos uma maior felicidade na união com Deus, do que amar a Deus naquele sofrimento da provação que havia no paraíso terrestre e que nós nem costumamos chamar de sofrimento porque pensamos apenas na felicidade, esquecendo-nos da cruz da provação.

Considerando esta extraordinária fecundidade do amor sofredor, dá para entender que pessoas que muito amam a Deus – como temos grandes exemplos nos santos reconhecidos pela Igreja como modelos de perfeito amor – podem até *desejar de sofrer*, sem que isto tenha algo a ver com uma atitude doentia (masoquismo); é um desejo inerente ao ardente amor a Jesus Cristo e aos homens a salvar.

⁴⁸ Cf. JOÃO PAULO II, Carta apostólica *Salvifici doloris*, n. 19: “Na Cruz de Cristo, não só se realizou a Redenção através do sofrimento, mas também o próprio sofrimento humano foi redimido.”

3. O amor do Pai no mistério da Cruz

Se voltamos agora ainda à nossa objeção inicial a respeito do amor de Deus Pai a Seu Filho feito homem, podemos, por fim, esclarecer mais ainda algum aspecto do mistério da Cruz de Cristo (e da nossa).

Perguntamos: E o Pai? O Pai não foi duro, cruel com Jesus, mandando que Ele sofresse tudo aquilo, que Ele assumisse os nossos sofrimentos?

Primeiro: O que é essa *ordem* do Pai?⁴⁹ São Tomás a explica muito bem, dizendo que o Pai entregou Jesus à paixão, “enquanto lhe inspirou a vontade de sofrer por nós, infundindo-lhe a caridade”.⁵⁰ O Pai infundiu – pelo Espírito Santo – no coração humano de Jesus a caridade pela qual Ele quis livremente sofrer por nós para nos abrir de novo o caminho à casa do Pai.

Segundo: Se o Pai quis de Jesus aquela suprema realização de amor que é o amor livre-sofredor, o amor heróico, um amor que, de alguma maneira, sob algum aspecto, *supera* o próprio amor do Pai, foi porque, além da necessidade do amor livre-sofredor para reparar o pecado, o Pai quis a *máxima grandeza humana de Seu Filho feito homem*, isto é, a máxima grandeza de Seu Filho como *homem*, para que Jesus Se tornasse, *por Sua própria ação humana* (não somente pela dignidade da pessoa divina), o senhor soberano de todas as criaturas,⁵¹ o fundamento e a fonte de todos os dons divinos para todas as criaturas, o sol que ilumina toda a criação.⁵² Ele *mereceu* tudo isto! Portanto, a razão é aquele amor “sóbrio” do Pai de que falamos ao explicar a cruz da provação; não é, de maneira alguma, um amor menor, mas, pelo contrário, um amor *maior*, pois quer o bem maior para o amado.

Terceiro: Não foi o Pai quem infligiu a Jesus aqueles sofrimentos atroz. Quem causou estes sofrimentos foram unicamente os homens;⁵³ aquelas más ações humanas que fizeram Seu Filho sofrer, o Pai não as causou, de modo algum (quanto ao que tiveram de mal, de privação do bem), Ele simplesmente não as impediu pela Sua onipotência, *permitiu-as*. O que

⁴⁹ Cf. Jo 10,18: “... Eu a (= a minha vida) dou por minha própria vontade. ... Este é o mandamento que recebi de meu Pai.”

⁵⁰ *S.Th.* III q.47, a.3.

⁵¹ Cf. 1Cor 15,27.

⁵² Cf. Apc 21,23.

⁵³ Fomos nós todos, pelos nossos pecados; cf. *Cat.*, 598.

Ele quis de fato, foi o *amor livre-sofredor* de Seu Filho humanado; foi esta máxima perfeição de Seu Filho como homem; Ele quis que Jesus *aceitasse sofrer*⁵⁴ por causa da maldade humana (pecado). Neste sentido, o Pai entregou Seu Filho nas mãos dos homens pecadores, sendo estes, por sua vez, instigados pelos espíritos malignos.⁵⁵ Aliás, quando dizemos que Jesus assumiu o nosso sofrimento, as consequências do nosso pecado, também não quer dizer que Jesus Se causou a Si mesmo aqueles sofrimentos, Ele deu livremente a Sua vida, isto sim, mas não Se matou a Si mesmo: Ele Se entregou a Si mesmo nas mãos dos homens pecadores.

Quarto: Deus Pai é o Pai de máxima compaixão também com Seu próprio Filho feito homem. Ao não poupar Seu próprio Filho, mas entregando-O por todos nós (cf. Rm 8,32), Ele não poupou Seu *próprio coração* de Pai; no Seu Filho Ele entregou-Se a Si mesmo.⁵⁶ Ele não olhou Jesus na Cruz com ira, mas com sumo agrado, com *amor compassivo*. E se Ele não tirou (logo) Jesus do abismo de sofrimentos, foi porque quis aquela máxima grandeza humana de Seu Filho e a redenção de todos os homens; foi por amor a Seu próprio Filho e a nós. O que Lhe agradou em Jesus crucificado e Lhe agrada em nós ao participarmos dos sofrimentos de Jesus, não é propriamente o sofrimento, mas o *amor*, amor *livre*, reflexo do amor eterno com que, no mistério da Santíssima Trindade, o Filho amado ama o Pai, em felicidade infinita. É o Espírito Santo – sendo, como Pessoa divina, a unidade de amor entre o Pai e o Filho – que nos faz participar deste amor, aqui, na caminhada terrestre, com sofrimentos, lá, na casa paterna, em pura felicidade, sem mistura de sofrimento algum.

Na verdade, Deus é bom! O fato de Jesus ser verdadeiramente “vítima expiatória” pelos nossos pecados – o fato de que assim o Pai o quis – está em perfeita harmonia com o fato de Deus ser Amor (Amor paterno, Amor filial e Amor “personificado”⁵⁷).

Natanael Thanner ORC

⁵⁴ Cf., a este respeito, também Mt 26,52-54.

⁵⁵ Cf. Gn 3; Jo 8,44 (“Vós tendes o diabo por pai”); 14,30s (“o príncipe deste mundo”).

⁵⁶ Os sentimentos do *pai* Abraão no sacrifício de seu filho Isaac são a ilustração humana prefigurativa dos “sentimentos” de Deus Pai no sacrifício de Seu Filho.

⁵⁷ Cf. J.H. NICOLAS, *Sintesi dogmatica. Dalla Trinità alla Trinità I*, Roma-Vaticano 1991, 223s, 240s.